

UM MUSEU DO SERTÃO, SEM SERTÃO, CHEIO DE GUERRA, VAZIO DE MEMÓRIAS, DISTANTE DA HISTÓRIA LOCAL, DESABRIGADO DE PERTENCIMENTO, DESLOCADO DO SEU TERRITÓRIO.

Ivan Santana

Escritor, artista plástico, ator, arte-educador.

RESUMO: O artigo traz uma reflexão sobre O Museu do Sertão de Monte Santo-Ba, um espaço constituído para abrigar as memórias locais, em um território culturalmente rico, mas que não interage com este, permanecendo desabrigado das memórias mais significativas, já que não houve a participação da comunidade, como acontece nos museus participados. Por ter sido construído sem uma musealização identitária, com ênfase nas relações culturais e sociais homem/território, continua desabrigado da história do local, valorizando objetos enquanto produtos da cultura, mas que não valoriza os seus processos, os seus atores como protagonistas dessa cultura. Ou, com a valorização de objetos que apontam apenas para a memória de uma determinada classe, como se quisesse subjugar ou apagar outras memórias tão quanto, ou mais relevantes. Impele-nos a questionar sobre a divergência social, a preservação da memória apenas de uma classe que se sobressaiu pelo poder econômico, anulando outras memórias, outros fatos, outros protagonistas importantes para o entendimento da história local e seu sentido de pertencimento, fazendo uma reflexão a partir do seu acervo, que conta por meio de reproduções fotográficas, as memórias de uma guerra que dizimou mais de vinte mil sertanejos, mas que não trata dos seus reais motivos, nem coloca em evidência as principais vítimas, os sertanejos da própria região em que se localiza, reproduzindo a visão conservadora e tendenciosa dos fatos.

PALAVRAS-CHAVE: Museu. Memória. Divergência social. Pertencimento. Sertão. Canudos. Distanciamento do próprio território.

A MUSEUM OF THE SERTÃO, WITHOUT SERTÃO, FULL OF WAR, EMPTY OF MEMORIES, FAR FROM THE LOCAL HISTORY, DISABLED OF BELONGING, DISPLACED FROM ITS TERRITORY.

SUMMARY: *The article presents a reflection on The Sertão Museum of Monte Santo-Ba, a space constituted to shelter the local memories, in a culturally rich territory, but that does not interact with this, remaining homeless of the most significant memories, since there was no Community participation, as happens in the participating museums. Because it was built without an identity museum, with an emphasis on the cultural and social relations of man / territory, it remains homeless in the history of the place, valuing objects as products of culture, but that does not value its processes, its actors as protagonists of that culture. Or, by valuing objects that point only to the memory of a certain class, as if it wanted to subjugate or erase other memories as far as, or more relevant. It pushes us to question social divergence, the preservation of memory only of a class that excelled by economic power, canceling other memories, other facts, other important protagonists for the understanding of the local history and its sense of belonging, making a reflection From his collection, which recounts through photographic reproductions the memories of a war that decimated more than twenty thousand sertanejos, but which does not address their real motives, nor does it highlight the main victims, the sertanejos of the region itself Which is located, reproducing the conservative and biased view of the facts.*

KEYWORDS: *Museum. Memory Social divergence. Belonging. Sertão. Canudos. Distance from the territory itself.*

UM MUSEU DO SERTÃO, SEM SERTÃO, CHEIO DE GUERRA, VAZIO DE MEMÓRIAS, DISTANTE DA HISTÓRIA LOCAL, DESABRIGADO DE PERTENCIMENTO, DESLOCADO DO SEU TERRITÓRIO.

Ivan Santana



Em um casarão do final do século XIX, abriga-se o acervo do Museu do Sertão, localizado em Monte Santo, BA. Nesse referido museu, há muito de uma guerra acontecida em 1897, em Canudos, na época, distrito de Monte Santo. O acervo diz mais dessa Guerra, com painéis pintados pelo renomado artista baiano Juraci Dórea, com reproduções de fotos de Flávio de Barros, fotógrafo da Campanha de Canudos, imbuído de registrar esse episódio, projéteis de balas, armas etc. Mas o Museu do Sertão diz pouco das nossas memórias locais, diz pouco de nós. Pouco nos vemos ali, no mobiliário antigo de alguns senhores feudais, em oratórios com imagens sacras. A guerra que matou mais de vinte cinco mil sertanejos está ali presente. Mas nada que fale da bravura dos sertanejos que lutaram incansavelmente contra quatro expedições armadas nos é mostrado ou nos é relatado. A maior parte do seu acervo composto pelas referidas fotos de Flávio de Barros nos revela uma Canudos pobre, soldados imponentes, armados em acampamentos montados no local da guerra. Dos sertanejos, conselheiristas, há uma foto dos últimos sobreviventes, humilhados, amontoados, prontos para a degola, ou para serem levados para outros Estados, como aconteceu. Nada que nos faça refletir sobre esse genocídio, sobre os ideais do líder religioso Antônio

Conselheiro, tido como fanático, messiânico, como estudávamos nos livros didáticos, mas nunca como uma liderança religiosa, que organizou à sua volta, uma comunidade com fins igualitários, sociais.

O Museu criado em uma cidade histórica para abrigar as memórias, a história local, marcada por fatos históricos e importantes como a sua religiosidade popular, com uma das romarias mais importantes do país, a Romaria de Todos os Santos, que remonta mais de dois séculos, onde se localiza o Santuário da Santa Cruz, um dos Santuários naturais mais importantes do país, construído em 1785, pelo frei capuchinho Apolônio de Todd, tombado pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e que atrai ao longo dos anos, centenas de milhares de Romeiros, quase nada conta dessa história, da grandeza e da beleza da fundação dessa cidade. Lá, não encontramos relatos, memórias do filme Deus e o Diabo na Terra do Sol (1963), um marco do Cinema Novo, gravado aqui. Nem tampouco sobre a minissérie da Globo, O Pagador de Promessas, também rodada aqui em 1987, com toda história adaptada por Dias Gomes, de acordo com o contexto da época, que envolve a luta de um padre (Enoque Oliveira), defensor da Teologia da Libertação, que nessa década se envolveu em diversos conflitos ligados ao direito à terra, mobilizando centenas de trabalhadores rurais, em uma época em que pouco se falava em reforma agrária, sendo vítima do poder público e clerical, tendo sido preso e expulso da igreja.

Do referido Santuário, temos apenas um amontoado de ex-votos sem legenda, recolhidos na Igreja da Santa Cruz, localizada nesse mesmo espaço, deixados lá pelos promesseiros, romeiros e devotos. Mas, o que é relevante sobre esse símbolo religioso, marcante na nossa religiosidade popular, não é dito.

Não há quase nada relevante que remonte nossa história, que demova nossas memórias. Nossa gente não está lá. Nesse espaço reservado também à memória, não cabe a parteira Maria do Lúcio, que durante décadas, em épocas mais remotas e difíceis, em que médico era artigo de luxo por essas bandas, fizera quase todos os partos da cidade. Nenhuma referência sobre as primeiras professoras, as que vieram de longe, muitas, montadas em lombos de animais, para alfabetizar nossa gente, como a professora do MOBREAL, Olímpia, que tornou-se beata, dedicando sua vida inteira à obras religiosas desses confins e, que no período quaresmal, guiava os fiéis ao santuário, madrugada adentro, entoando suas ladainhas com voz aguda e marcante. Nem tampouco encontraremos lá algo sobre

uma das maiores guardiãs da memória oral desse distrito, Edwirgens ou Duvirge, como era popularmente conhecida, mulher de memória notável, tendo participado do filme Deus e o Diabo na Terra do Sol, da minissérie O Pagador de Promessas, e de diversos documentários rodados aqui. Não há em seu espaço nenhuma menção, referência às religiões de matriz africana que, durante mais de um século, foram negadas, praticadas de forma velada, por conta do preconceito arraigado até hoje em nossa gente, mas que resistiram e fizeram os atabaques ecoarem no Terreiro de Dona Constantina, em uma cidade predominantemente católica. Se há em seu acervo muitas peças de cerâmica da região, não nos diz por meio de legendas ou textos descritivos, das nossas ceramistas existentes no passado, em abundância, sendo hoje uma prática quase extinta em um distrito com quase sessenta comunidades rurais em que essa atividade era comum.



Reisado e Samba de Roda Rainhas da Liberdade – Comunidade Quilombola Lage do Antônio.
Imagem: Ivan Santtana

Nossas manifestações populares, nossos ternos de reis, muitos ainda vigentes, não estão lá. No seu espaço não se dança o reis, não se dança o Samba de Roda da Comunidade Quilombola Lage do Antônio, não se dança o Lundu do Acaru, nem se ouve a voz do Batalhão Roubado, manifestação popular, de caráter coletivo que consiste na união de uma comunidade em prol de um bem comum,

coletivo: a edificação de uma casa, o roçado de uma propriedade etc, presente sobretudo em comunidades rurais em que existe um vínculo afetivo muito forte entre os seus, sobretudo nas comunidades com características quilombolas. Não há em seu acervo, algo sequer, que diga das muitas bandas de pífanos existentes na região, muitas hoje, extintas, devoradas pela massificação da indústria fonográfica.

O museu abrigado em um casarão, antiga residência do Coronel Galdino, guarda pouco das nossas comunidades rurais, onde vive maior parte da população desse distrito, muitas remanescentes de Quilombolas, ricas em patrimônio material e imaterial. Uma delas, a Lage do Antônio, reconhecida pela Fundação Palmares, que luta pela manutenção da sua identidade afro-descendente.

Um museu vivo interage com o seu tempo e com sua comunidade que deve fazer parte da construção da sua narrativa, presente não apenas em objetos que contam a sua história, mas com a participação direta dessa comunidade em suas ações, que devem ser dinâmicas, vivas. Para que esse tipo de museu aconteça é preciso abrir as portas, as velhas portas que trancam bens estáticos, distanciados do pulsar da sua gente. É preciso ouvir a comunidade, entender o que ela quer como representação da sua memória, dos seus saberes, do seu patrimônio, o que é de fato relevante para a constituição de uma narrativa que não seja separatista em suas legendas e em seus bens. Onde há uma Casa Grande, há de haver também as memórias da Senzala, a luta do povo negro. Um museu precisa constituir-se como espaço de cidadania, da igualdade, promovendo a comunidade em que se insere, por meio de ações culturais e socioeducativas. Deve dizer do passado sem estar desvinculado da ação do presente. Deve ser dinâmico e pungente como a própria vida, como a própria memória que se atualiza durante todo o tempo. Quando nesse espaço reservado a preservação de bens e da memória, não se reflete a vida da comunidade, há nele apenas a morte da memória, deslegitimada pela ausência da voz dos seus atores, residentes do seu território.



Réplica do Meteorito do Bendegó, encontrado na época, no distrito de Monte Santo

Um museu desabrigado de senso de pertencimento não nos acolhe, não nos serve de espelho, não nos leva ao passado, nem nos aponta o futuro.

O velho que há ali, não é o novo que buscamos no presente, que seria o rememorar, a atualização das nossas memórias culturais, sociais, religiosas, sertânicas. No sertão de Guimarães em que tudo cabe, nesse Museu do Sertão, pouco cabe da caatinga, dos nossos vaqueiros, das nossas rezadeiras, dos nossos aboiadores, dos nossos reseiros, das nossas parteiras, da resistência do sertanejo em uma Guerra, que contradiz todos os estereótipos pejorativos atribuídos a nós.

Se há nesse museu a cadeirinha genuflexório, diante do oratório com as imagens sacras das famílias abastadas, haveria de ter também os santos do povo, referências a outros cultos. Se há uma réplica do Meteorito do Bendegó, faz-se necessário dizer mais de quem o encontrou, e menos de quem mandou buscá-lo para a Província do Rio de Janeiro, hoje, exposto no Museu Nacional. As diferenças sociais, patriarcais nas legendas, em muitos museus, em detrimentos dos reais protagonistas, é fato. E no Museu do Sertão, isso não é diferente.



Oficiais do 28º Batalhão de Infantaria – Soldados alagoanos na Guerra de Canudos – Flávio de Barros – 1897

A narrativa do museu do sertão não fora construída com a participação da comunidade, não é um museu participado, não corresponde aos nossos pulsares, não se respira nem se inspira sertão. O sentimento de pertencimento é disperso, é confuso, nele cabe uma Guerra, mas não cabe um beato, o idealizador da Comunidade de Canudos, completamente dizimada pelos militares que posam imponentes nas fotos do seu acervo. Ou cabe, em um dos seus cômodos, uma pequena estatueta de Conselheiro em terra cota, sem autoria, sem data, identificado apenas pelos os que conhecem o personagem da História de Canudos, como se quisesse subjugar o outro lado, omitindo os fatos como contrapõem muitos historiadores a respeito dessa referida história. A memória de Conselheiro está apenas nessa representação doada ao Museu posteriormente à constituição do seu acervo, certamente por um visitante que estranhou a ausência do personagem principal dessa narrativa, que deixou marcas profundas em nós, sertanejos, mas que dela pouco sabemos, ou sabemos apenas de uma versão oficial, conservadora, tendenciosa dos fatos.

Penso, que o Museu do Sertão, não fora constituído pensando na musealização do seu território, com ênfase nas relações culturais e sociais homem/território. Há a valorização de objetos enquanto produtos da cultura, mas não há a valorização dos seus processos, dos seus atores como protagonistas dessa cultura. A morte da cultura é a sua representação estática, distanciada dos seus símbolos, em objetos que por si só não dizem da sua gente, da construção dos seus saberes, fechada para os seus interlocutores. A morte da cultura não pode se dar em um espaço poético que deve estar em sintonia com o seu presente e não resguardado apenas ao passado.

O Museu do Sertão que teve como curadora uma museóloga do litoral, cabe o mar, mas não cabe o sertão.



Fachada do Museu do Sertão: Brasão da Família Galdino

Por outro lado, a ideia da fundação do Museu do Sertão em uma região carente de espaços de salvaguarda da memória, do patrimônio cultural, material e imaterial, é de suma importância. Com a fundação do mesmo, preservou-se o casarão datado do final do século XIX, um dos mais importantes exemplares da nossa história, que ainda não sucumbiu à verticalização vertiginosa do progresso, como tem acontecido com muitos na cidade, carente de uma maior conscientização junto aos moradores sobre a importância da manutenção dos seus bens, ou por consequência, a ausência de uma Educação Patrimonial no currículo escolar, ou em ações públicas que contemplem um maior envolvimento da comunidade com os seus bens materiais e imateriais. É lamentável a atuação do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou do IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural, em muitas cidades históricas da Bahia, e em Monte Santo, não é diferente.

Há, ainda, a possibilidade de rever o seu acervo, de reconstituí-lo de acordo com o território em que este está inserido. Há o desejo, pelo menos o meu, de vê-lo como espaço vivo, de troca, de inclusão social, de acessibilidade, de engajamento comunitário, de maior interação com a comunidade ou, ainda, pelo menos, o de que

a própria comunidade se veja retratada em seu acervo, constituído com o que seja de mais relevante para à manutenção da sua memória, pois entende-se que um museu não é apenas um depósito de objetos antigos, raros, exóticos etc. Tem-se ao longo do tempo, tentado transformá-lo em uma Instituição Social, que contribua efetivamente para o desenvolvimento individual ou coletivo, sobretudo no seu território de origem, com práticas socioeducativas, abrindo as suas portas para a comunidade em que este se insere, estendendo as suas ações para visitantes e turistas.

No Museu do Sertão há de caber a sequeidão dessas terras inóspitas, mas há de caber também a florescência da caatinga que se dá com as chuvas. Se cabe os tiranos de uma Guerra, há de caber os louros dos sertanejos que combateram nessa mesma guerra.